

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

01.00 - OBJETO

01.01 – Registro de Preços Corporativo de materiais elétricos para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Toritama-PE, conforme especificação e quantitativo contidos no Apêndice I.

01.01.01 - Os quantitativos do objeto deste Termo de Referência estão divididos da seguinte forma:

01.01.01.01 - **ITENS: 1 ao 84, 91 ao 95, 98 ao 121 – exclusivamente** à participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

01.01.01.02 – **ITENS: 85, 87, 89 e 96 - Cota Principal que correspondente a 75% (setenta e cinco por cento)** da quantidade total do item, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos do Edital.

01.01.01.03 – **ITENS: 86, 88, 90 e 97 - Cota Reservada que correspondente a 25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade total do item, reservada à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

02.00 - JUSTIFICATIVA

02.01 - Considerando que em 9 de setembro de 2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou a Resolução Normativa nº 414 que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada, na qual diz que os municípios devem se tornar responsáveis pelo serviço de iluminação pública, ou seja, realizar, entre outras atividades, a operação e a reposição de lâmpadas, de suportes e chaves, além da troca de luminárias, reatores, relés, cabos condutores, braços e materiais de fixação.

02.02 - A presente solicitação para aquisição de Materiais e Equipamentos Elétricos é imprescindível para a manutenção da iluminação das vias e repartições públicas do Município de Toritama/PE, haja vista que é necessário a constante manutenção básica da iluminação pública do Município, para o bom funcionamento das vias e repartições públicas.

03.00 - DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVO

03.01 - A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão na forma eletrônica por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 1º do Decreto Municipal nº 19/2020.

03.02 - A adoção do registro de preços enquadra-se nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V do art. 3º do Decreto Municipal nº 34/2019.

03.02.01 - O Registro de Preços Corporativo deve ser adotado em virtude dos benefícios da economia de escala, a ser obtida em razão de um quantitativo maior a ser licitado, bem como a agilidade nas aquisições e a redução do número de licitações (um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município, resultando em uniformidade das especificações e, conseqüentemente, menores custos de propriedade).

04.00 - DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

04.01 – Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

05.00 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

05.01– O critério de julgamento deverá ser “**menor preço**” por **ITEM, tipo de disputa: ABERTA**.

06.00 - DOS PRAZOS

06.01 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório.

06.02 - O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no Decreto Municipal nº 34/2019, como nas demais normas legais pertinentes.

06.02.01 - O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 57 da Lei nº 8.666/93.

06.03 - A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) da Ata de Registro de Preços, o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o

direito à contratação, conforme disciplinado no § 2º, art. 11 do Decreto Municipal nº. 34 de 26 setembro 2019 e demais normas legais pertinentes.

06.03.01 - A(s) licitante(s) vencedora(s) poderá(ão) ser convocada(s) para assinar(em) o(s) eventual(is) Contrato(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços, o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do Art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

06.04 - O prazo para entrega do objeto licitado deste Termo de Referência será de até **10 (dez) dias consecutivos**, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

06.04.01 - A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **03 (três) dias consecutivos**, contado do recebimento da solicitação de troca.

06.04.02 - O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador/Contratante, no seguinte endereço: Almoxarifado da Prefeitura de Toritama, situado na Rodovia PE 90, nº 1540, no Loteamento Maria José Cordeiro de Melo, Toritama, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, mediante agendamento através do e-mail: setorcomprastoritama@gmail.com.

07.00 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

07.01 - As despesas com execução do objeto desta licitação possui o valor máximo total aceitável de **R\$1.129.391,16 (um milhão, cento e vinte e nove mil, trezentos e noventa e um reais e dezesseis centavos.)**

07.02 - Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente Termo de Referência deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente, e serão alocados do seguinte elemento de despesa: 3.3.90.00.00 – Material de Consumo.

08.00 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

08.01 - Poderão participar quaisquer empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto e que atendam às exigências constantes neste.

08.02 - Não poderão participar:

08.02.01 - Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pela Administração Pública Municipal;

08.02.02 - Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

08.02.03 – Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

08.02.04 - Pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

08.02.05 - Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não como OS (Organizações Sociais) ou OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.

08.02.06 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais em comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse em comum.

08.02.07 - Consórcio de empresa², qualquer que seja sua forma de constituição.

08.03 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

08.03.01 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

08.03.02 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

08.03.03 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

08.03.04 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

08.03.04.01 - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá fazer a declaração, conforme o subitem anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.

²Considerando que a participação de empresas consorciadas nas licitações é um ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico em tela.

08.03.05 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

08.04 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em Lei e no Edital.

09.00 - PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

09.01 - A condição de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita

Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

II – Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) Cópia do contrato social e suas alterações;

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

09.02 - Os documentos relacionados no subitem 09.01, para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela **Certidão expedida pela Junta Comercial**, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.

09.03 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

09.04 - Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado às Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

09.05 - O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica, e qualificação econômica-financeira.

09.06 - A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 09.04, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

10.00 - DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

10.01 - A licitante deverá encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.02 - A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste Edital, e deverá conter:

10.02.01 - Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

10.02.02 - O valor unitário e global do ITEM que deseje concorrer, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

10.02.03 - Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.

10.03 - A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

10.04 - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.04.01 - A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no Edital.

10.05 - Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

10.06 - Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

10.07 - O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

10.08 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou

ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.09 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.

10.10 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste Edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

11.00 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.01 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos licitantes participantes, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.01.01 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

11.01.02 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/>;

11.01.03 - Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade;e>

11.01.04 – Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

11.02 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro poderá reputar o licitante como inabilitado, se houver falta de condição de participação.

11.03 - Para fins de habilitação, deverão as licitantes interessadas apresentar os documentos abaixo relacionados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados par a abertura da sessão pública.

11.03.01 - Documentação relativa à Habilitação Jurídica:

11.03.01.01 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.03.01.02 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, **o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada** devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.03.01.03 - Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e

11.03.01.04 - Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.03.02 - Documentação relativa à Qualificação Técnica:

11.03.02.01 – Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado(s) ou Certidão(ões), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente, **no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade total do(s) item(ns) que tenha apresentado o menor lance ou similar a este**, permitindo-se o somatório de atestados ou certidões, comprovando a boa qualidade do fornecimento, para os licitantes que apresentarem propostas referentes ao item: 89.

11.03.03 - Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

11.03.03.01 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.03.03.01.01 – As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 11.03.03.01

11.03.04 - Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.03.04.01 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

11.03.04.02 - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

11.03.04.03 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.03.04.04 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

11.03.04.05 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.03.05 - Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do Art. 7º da C.F.:

11.03.05.01 - Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

11.04 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos.

11.05 - A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Prefeitura Municipal de Toritama convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

11.06 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.07 - A licitante que deixar e apresentar quaisquer documentos exigidos para habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste, ou com irregularidade, que não possa ser sanada por meio eletrônico (documentos de internet) será inabilitada.

11.08 - Nos itens não exclusivos a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.09 - Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.09.01 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.10 - O Pregoeiro poderá solicitar documentos de habilitação complementares (diligências), quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, devendo a licitante encaminhá-los, em formato digital via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.11 - É facultado ao Pregoeiro solicitar os originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, os quais deverão ser encaminhados para o endereço informado no sistema, dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

11.12 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

11.12.01 - Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

12.00 - GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

12.01 - Caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços Corporativo, conforme dispõe o art. 22 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

12.01.01 - Considerando as especificidades e competências técnicas do objeto a ser contratado, a Secretaria de Planejamento e Gestão poderá delegar o gerenciamento da ata de registro de preços corporativa a Secretaria de Obras e Urbanismo, consoante o disposto no §3º do art. 22 do Decreto Municipal nº 34/2019;

12.02 - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de preços Corporativa, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº. 34/2019, deverá:

I - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 34/2019;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 34/2019;

III - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso IX, art. 5º do Decreto Municipal nº. 34/2019;

IV - Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

12.03 - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº. 34/2019.

13.00 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

13.01 - A Ata de Registro de preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 34/2019.

13.02 - O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019, somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

13.03 - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

13.04 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços Corporativa, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), nos de acordo com o disciplinado no § 2º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

13.05 - As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada a Administração Pública do Município de Toritama não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

13.07 - O quantitativo decorrente de todas as adesões a Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem, nos termos do § 5º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

13.08 - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata, de acordo com o § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

13.09 - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme estabelecido no § 7º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

14.00 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA E DOS CONTRATOS QUE DELA ORIGINAREM

14.01 - A Gestão da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, através de seu secretário.

14.01.01 - A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

14.02 - A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos que dela originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:

14.02.01 - Os fiscais setoriais designados serão:

- a) Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão: Sra. Bruna da Silva Noronha, Diretora Administrativa.
- b) Fundo Municipal de Saúde: Sra. Luciana Rosane da Costa Gois, Coordenadora Administrativa.
- c) Fundo Municipal de Assistência Social, a Sr. João Lucas da Silva Sousa, Diretor Administrativa.
- d) Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo: Sr. Lindomar Aparecido Lira, Chefe de Divisão de Iluminação Pública.
- e) Companhia de Trânsito e Transporte Urbano – CTTU, o Sr. Jefferson Lira da Silva, Diretor Administrativo e Financeiro.

14.03 - Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

14.04 - Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;

- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Detentora/Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e respectivo Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.05 - Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços Corporativa e Contratos não seja ultrapassado;

h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

15.00 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.01 - O objeto deste Termo de Referência será recebido:

15.01.01 - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade dos produtos com as especificações constantes neste Termo de Referência;

15.01.02 - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade dos produtos entregues, de acordo com a proposta apresentada.

15.02 - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Detentora/Contratada.

15.03 - O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

16.00 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.01 - Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento da Ata de Registro de Preços Corporativa, Contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.

b) Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Detentora/Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços Corporativa e eventuais contratos.

e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento.

- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador/Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços Corporativa.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.
- k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador/Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.
- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

17.00 - DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE

17.01 - Caberá ao Órgão Gerenciador/Contratante as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto do Registro de Preços Corporativo.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços Corporativa.
- f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produtos(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

18.00 - DO PAGAMENTO DAS FATURAS

18.01 - O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto deste Termo de Referência em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo da Tesouraria, localizada na Avenida Dorival José Pereira 1370, Parque das Feiras, 55.125-000, Toritama-PE, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

18.01.01 – O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora/Contratada no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

18.01.02 – O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora/Contratada.

18.02 - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

18.03 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

18.04 - Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora/Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

19.00 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

19.01 - De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea “d”, inciso II do art. 65 Lei 8666/93, c/c art. 18 do Decreto Municipal 34/2019.

19.02 - Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

19.03 - A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela Detentora/Contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

20.00 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

20.01 - A Ata de Registro de Preços Corporativa poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, conforme o § 1º do Art. 10 do Decreto Municipal nº 34/2019.

20.01.01 - Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 65, § 1º, II, da mencionada lei, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme art. 10, I, do Decreto Municipal nº 34/2019.

20.02 - As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

21.00 - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

21.01 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto Municipal nº 34/2019.

21.02 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.

21.02.01 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.

21.02.02 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original das ofertas, em conformidade com o disposto no §2º do art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.

21.03 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados por motivo superveniente, o órgão gerenciador poderá: (Art. 17 do Decreto Municipal nº 34/2019)

21.03.01 - Realizar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, na forma do disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

21.03.02 - Em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento ou ordem de serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

21.03.03 - É facultado à administração, em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, e após liberar o fornecedor do compromisso assumido, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

21.04 - Não havendo êxito, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços Corporativa, mediante publicação na imprensa oficial, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 17 do Decreto Municipal nº 34/2019.

22.00 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

22.01 - O fornecedor terá o seu registro cancelado quando: (Art. 19 do Decreto Municipal nº 34/2019)

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços Corporativa;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticado no mercado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V - Tiver presentes razões de interesse público, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei 8.666, de 1993.

22.01.01 - O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V deve ser formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22.01.02 - A comunicação do cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima deve ser feita por publicação na imprensa oficial, assegurado o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

22.01.03 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, qualquer uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea d, e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.01.04 - A comunicação do cancelamento do registro de preço, no caso previsto acima deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

23.00 - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

23.01 - As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº 8.666/93, formalizadas previamente através

de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

24.00 - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

24.01 - O regime jurídico que rege este acordo confere a Prefeitura de Toritama as prerrogativas constantes dos arts. 58, 77 e seguintes da Lei 8.666/93, as quais são reconhecidas pela Contratada.

25.00 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

25.01 - A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, de acordo com o previsto nos artigos 78 e na forma prevista no art. 79 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e suas alterações, incidindo sobre a Contratada as sanções estabelecidas em lei e no presente instrumento contratual.

26.00 - PENALIDADES E SANÇÕES

26.01 - O cometimento de irregularidades na execução, sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações.

26.02 - O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I - Advertência;

II – Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do produto;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;
- c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III – Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

26.02.01 - As multas estabelecidas anteriormente podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

26.02.02 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

26.02.03 - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora/Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

26.03 - Ficarão sujeitos a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o particular que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

I - Não assinar a Ata de Registro de Preços Corporativa ou o Contrato;

II - Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;

III - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

IV - Não manter a proposta;

V - Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços Corporativa ou Contrato;

VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

26.04 - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora/Contratada estará sujeita às penalidades:

I - Pelo descumprimento do prazo do fornecimento;

II - Pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento; e

III - Pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

26.05 - Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº8.666/93 e posteriores alterações.

26.06 - As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

Toritama, 23 de dezembro de 2022.

Lindomar Aparecido Lira
Chefe de Divisão de Iluminação Pública
Secretaria de Obras e Urbanismo

**APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

01.00 - OBJETO

01.01 - Registro de Preços Corporativo de materiais elétricos para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Toritama/PE, conforme especificação e quantitativo descritos abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	386596	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Alça preformada em aço galvanizado, para uso em cabo de alumínio 16mm.	UND	200	R\$ 3,33	R\$ 666,00
2	445372	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Alicata universal 8", material: de aço cromo 1000v impresso no cabo, cabo isolado.	UND	20	R\$ 44,61	R\$ 892,20
3	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Arruela quadrada, material: galvanizada, tamanho: 38x38x3mm, furo: 18.	UND	800	R\$ 1,28	R\$ 1.024,00
4	440973	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Abraçadeira, material: nylon, tamanho: 4,8mm x 300mm (L x C), características adicionais: pacotes com 100 unidades.	PACOTE	100	R\$ 30,99	R\$ 3.099,00
5	440974	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Abraçadeira, material: nylon, tamanho: 4,8mm x 400mm (L x C), características adicionais: pacotes com 100 unidades.	PACOTE	100	R\$ 46,92	R\$ 4.692,00
6	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Abraçadeira, material: nylon, tamanho: 9mm x 500mm (L x C), características adicionais: pacotes com 50 unidades.	PACOTE	100	R\$ 64,67	R\$ 6.467,00
7	437095	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Arruela, tipo: quadrada, tamanho: 38x38, material: aço. Diâmetro interno 5/8 polegadas.	UND	200	R\$ 1,16	R\$ 232,00
8	-		UND	50	R\$ 5,30	R\$ 265,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

		ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Abraçadeira galvanizada tipo D, para eletroduto de 3 polegadas, com cunha.				
9	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Abraçadeira galvanizada tipo D, para eletroduto de 1/4 polegadas, com cunha.	UND	50	R\$ 2,40	R\$ 120,00
10	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Abraçadeira galvanizada tipo D, para eletroduto de 3/4 polegadas, com cunha.	UND	50	R\$ 3,47	R\$ 173,50
11	409125	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Bocal, material: porcelana, tipo base: rosca E-27.	UND	300	R\$ 3,51	R\$ 1.053,00
12	402155	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Bocal, material: porcelana, tipo base: rosca E-40.	UND	100	R\$ 10,16	R\$ 1.016,00
13	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Bomba tipo: sapo, aplicação: para cisterna, potência de no mínimo 300 W, 220v.	UND	15	R\$ 239,85	R\$ 3.597,75
14	469853	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Bomba centrífuga, potência: 2 CV, tipo do motor: monofásico.	UND	5	R\$ 1.822,23	R\$ 9.111,15
15	456735	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Bomba centrífuga, potência: 2 CV, tipo do motor: trifásico.	UND	5	R\$ 1.467,01	R\$ 7.335,05
16	341461	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Bomba centrífuga, potência: 3 CV, tipo do motor: monofásico.	UND	2	R\$ 1.997,80	R\$ 3.995,60
17	396326	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Bucha, material: nylon, tamanho: 8mm, aplicação: tijolo com aba.	UND	6.000	R\$ 0,24	R\$ 1.440,00
18	431868	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Botina, material: couro sintético tipo/uso: eletricitista, numeração: 40 ao 44, características adicionais: cano médio, de cadarço, solado isolante, biqueira de polipropileno.	PAR	10	R\$ 74,17	R\$ 741,70
19	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Braço de ferro, tipo:	UND	250	R\$ 51,22	R\$ 12.805,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

		galvanizado, uso: para poste, tamanho: 1,00 m x 25,4mm, características adicionais: sapata reforçada.				
20	331715	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Bucha eletroduto, material: alumínio, bitola: 3/4.	UND	100	R\$ 1,24	R\$ 124,00
21	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cabo multiplexado, neutro nu quadruplex, 10mm rolo com 100 metros.	ROLO	20	R\$ 629,85	R\$ 12.597,00
22	437819	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cabo pp, tamanho: 2x2,5 mm, características adicionais: rolo com 100 metros, material do condutor: cobre, certificado pelo inmetro.	ROLO	50	R\$ 567,37	R\$ 28.368,50
23	458382	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cabo pp, tamanho: 2x4 mm, características adicionais: rolo com 100 metros, material do condutor: cobre certificado pelo inmetro.	ROLO	25	R\$ 795,40	R\$ 19.885,00
24	446476	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Caixa plástica/quadro de distribuição, para 6/8 disjuntores, trifásico com barramento.	UND	40	R\$ 103,64	R\$ 4.145,60
25	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Caixa plástica/quadro de distribuição, para 12/16 disjuntores, monofásico com barramento.	UND	40	R\$ 171,31	R\$ 6.852,40
26	40940	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Chave magnética de partida, com protetor térmico para motor térmico 7.5 cv, trifásico 220w/380v.	UND	12	R\$ 269,90	R\$ 3.238,80
27	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Conector perfurante, tipo: vampiro cdp 70.	UND	1000	R\$ 7,72	R\$ 7.720,00
28	239444	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Conduíte, tipo: corrugada, bitola: 5/8, características adicionais: amarela, rolo com 50 metros.	ROLO	50	R\$ 89,07	R\$ 4.453,50
29	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Canaleta, tamanho: 20mmx12mm, aplicação: para uso em sistema x, características adicionais:	UND	40	R\$ 10,58	R\$ 423,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

		adesiva, com 2 metros, material: pvc, na cor branca.				
30	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Canaleta, tamanho: 50mmx20mm, aplicação: para uso em sistema x, características adicionais: adesiva, com 2 metros, material: pvc, na cor branca.	UND	40	R\$ 56,67	R\$ 2.266,80
31	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cabo pp, tamanho: 3x2,5 mm, isolamento mínimo 500v, características adicionais: rolo com 100 metros.	ROLO	20	R\$ 738,83	R\$ 14.776,60
32	469284	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Curva longa eletroduto, em pvc, antichamas, angulação: 90°, roscável de 3/4 polegadas.	UND	200	R\$ 1,95	R\$ 390,00
33	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Curva longa, eletroduto, em pvc, antichamas, angulação: 180°, roscável de 3/4 polegadas.	UND	100	R\$ 3,83	R\$ 383,00
34	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Curva longa, eletroduto, em pvc, antichamas, angulação: 90°, roscável de 1/4 polegadas.	UND	40	R\$ 4,41	R\$ 176,40
35	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Curva longa, eletroduto, em pvc, antichamas, angulação:180°, roscável de 1/4 polegadas.	UND	40	R\$ 8,03	R\$ 321,20
36	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Curva curta eletroduto, em pvc, antichamas, angulação: 90°, roscável de 3/4 polegadas.	UND	30	R\$ 1,93	R\$ 57,90
37	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Curva eletroduto, em pvc, antichamas, angulação: 135°, roscável de 3/4 polegadas.	UND	30	R\$ 2,19	R\$ 65,70
38	472311	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cabo flexível, bitola: 2,5mm, características adicionais: rolo com 100 metros, tensão de isolamento: 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001, cores diversas.	ROLO	30	R\$ 233,60	R\$ 7.008,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

39	448726	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cabo flexível, bitola: 4mm, características adicionais: rolo com 100 metros, tensão de isolamento: 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001, cores diversas.	ROLO	20	R\$ 365,56	R\$ 7.311,20
40	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cabo flexível, bitola: 6mm, características adicionais: rolo com 100 metros, tensão de isolamento: 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001, cores diversas.	ROLO	15	R\$ 421,25	R\$ 6.318,75
41	317528	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cabo flexível, bitola: 25mm, características adicionais: rolo com 100 metros, tensão de isolamento: 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001, cores diversas.	ROLO	6	R\$ 1.718,33	R\$ 10.309,98
42	480673	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Chuveiro elétrico blindado, tensão: 220 V, resistência de 5.500 a 6.600w, na cor branca, variações temperatura da água: 3. Características adicionais: mangueira, ducha manual e suporte para fixação.	UND	10	R\$ 262,74	R\$ 2.627,40
43	286357	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cinto, aplicação: para eletricista, modelo: paraquedista, características adicionais: com apoio lombar acolchoado.	UND	3	R\$ 333,00	R\$ 999,00
44	460721	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Cone de sinalização, tamanho: 75cm, material: PVC, características adicionais: cor laranja, para isolamento de áreas, com faixa refletiva.	UND	100	R\$ 81,94	R\$ 8.194,00
45	440976	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Caixa de medição, monofásica, material: acrílico, padrão novo da Neoenergia, medidas mínimas: comprimento 310mm x largura 200mm x profundidade 230mm.	UND	30	R\$ 78,59	R\$ 2.357,70

46	440977	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Caixa de medição trifásica, material: acrílico, padrão novo da Neoenergia, medidas mínimas: comprimento 500mm x largura 378mm x profundidade 366mm.	UND	30	R\$ 133,53	R\$ 4.005,90
47	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor trifásico, corrente nominal: 25A, curva de disparo: C.	UND	40	R\$ 52,27	R\$ 2.090,80
48	337912	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor trifásico, corrente nominal: 80 A, curva de disparo: C.	UND	30	R\$ 135,31	R\$ 4.059,30
49	333938	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor 3P, corrente nominal: 200 A, 10KA, caixa moldada.	UND	30	R\$ 310,35	R\$ 9.310,50
50	368567	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor monofásico, corrente nominal: 10 A, curva de disparo: C.	UND	50	R\$ 8,92	R\$ 446,00
51	358770	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor monofásico, corrente nominal: 25 A, curva de disparo: C.	UND	80	R\$ 13,15	R\$ 1.052,00
52	337857	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor monofásico, corrente nominal: 32 A, curva de disparo: C.	UND	50	R\$ 15,28	R\$ 764,00
53	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor monofásico, corrente nominal: 50 A, curva de disparo: C.	UND	50	R\$ 15,21	R\$ 760,50
54	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor trifásico, corrente nominal: 32 A, curva de disparo: C.	UND	10	R\$ 51,84	R\$ 518,40
55	368385	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor trifásico, corrente nominal: 50 A, curva de disparo: C.	UND	15	R\$ 50,90	R\$ 763,50
56	337910	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Disjuntor trifásico, corrente nominal: 63 A, curva de disparo: C.	UND	15	R\$ 71,79	R\$ 1.076,85

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

57	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Escada de fibra, duplo acesso, tipo: tesoura, 7 degraus.	UND	4	R\$ 733,27	R\$ 2.933,08
58	253550	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Eletroduto, material: PVC, bitola: 25mm x 3m, características adicionais: bolsa/soldável.	UND	300	R\$ 13,90	R\$ 4.170,00
59	281223	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Eletroduto, material: PVC, bitola: 32mm x 3m, características adicionais: bolsa/soldável.	UND	200	R\$ 16,90	R\$ 3.380,00
60	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Eletroduto, material: PVC, 1.1/4 polegadas x 3m, características adicionais: roscável.	UND	30	R\$ 23,99	R\$ 719,70
61	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Eletroduto, material: PVC, 3/4 polegadas x 3m, características adicionais: roscável.	UND	30	R\$ 24,96	R\$ 748,80
62	329243	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fio flexível paralelo, 2,0x1,5mm, tensão nominal: 300v, conforme normas da (ABNT), rolo com 100 metros.	ROLO	20	R\$ 327,87	R\$ 6.557,40
63	325105	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fio flexível paralelo, 2,5mm, tensão nominal: 750v conforme normas da (ABNT), rolo com 100 metros.	ROLO	20	R\$ 275,95	R\$ 5.519,00
64	265386	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fio torcido, 2x2,5mm, características adicionais: rolo com 100 metros, conforme normas da (ABNT).	ROLO	20	R\$ 465,45	R\$ 9.309,00
65	367233	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fita de aço inox, (bandeira poste), rolo 3/4 X 30 metros.	ROLO	10	R\$ 86,35	R\$ 863,50
66	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fecho dentado, para fita de aço 3/4.	UND	140	R\$ 1,26	R\$ 176,40
67	344160	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fita isolante, cor: azul, tamanho: 10m x 19mm.	UND	250	R\$ 5,33	R\$ 1.332,50
68	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fita isolante, cor: branca, tamanho: 10m x 19mm.	UND	250	R\$ 5,67	R\$ 1.417,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

69	321186	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fita isolante, cor: vermelha, tamanho: 20m x 19mm.	UND	250	R\$ 6,92	R\$ 1.730,00
70	349549	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Fita isolante elétrica, características adicionais: de auto fusão, tamanho: 19mm x 10 metros.	ROLO	50	R\$ 27,97	R\$ 1.398,50
71	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Haste de aterramento, tamanho: 12mm x 1,20m.	UND	30	R\$ 27,51	R\$ 825,30
72	347050	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Interruptor, tipo: duplo, com 02 seções, posição relativa: embutir.	UND	140	R\$ 12,00	R\$ 1.680,00
73	456104	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Interruptor, tipo: simples, com 01 seção, posição relativa: embutir.	UND	140	R\$ 8,50	R\$ 1.190,00
74	338444	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Interruptor, tipo: sobrepor com tomada, características adicionais: sistema x.	UND	140	R\$ 15,75	R\$ 2.205,00
75	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Isolador de roldana, 72x72mm.	UND	150	R\$ 7,04	R\$ 1.056,00
76	437523	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada de LED, tensão nominal: bivolt, potência nominal: 9 W, formato: tubular, características adicionais: LED tipo fluorescente, 6000K.	UND	100	R\$ 17,90	R\$ 1.790,00
77	444603	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada de LED, tensão nominal: bivolt, potência nominal: 18 W, formato: tubular, características adicionais: LED tipo fluorescente, 6500K.	UND	350	R\$ 23,49	R\$ 8.221,50
78	348101	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada de LED, tipo: PL decorativa, potência nominal: mínimo 10 W, características adicionais: na cor verde, bocal E-27.	UND	100	R\$ 25,74	R\$ 2.574,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

79	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada de LED, potência nominal: 12W, características adicionais: bocal E-27, cor branca, 6500k.	UND	400	R\$ 15,34	R\$ 6.136,00
80	452685	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Luminária, tipo: spot, formato: caneca, características adicionais: para lâmpada E-27, encaixe de 32mm, potência nominal 14w.	UND	400	R\$ 28,59	R\$ 11.436,00
81	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Luva pvc para eletrodutos, bitola 1.1/4, características adicionais: roscável, na cor preta.	UND	100	R\$ 1,92	R\$ 192,00
82	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Luva pvc para eletrodutos, 3 polegadas, características adicionais: roscável, na cor preta.	UND	100	R\$ 8,22	R\$ 822,00
83	441245	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Luva de cobertura, tamanho do cano: médio, material: vaqueta, aplicação: para eletricista.	PAR	20	R\$ 35,22	R\$ 704,40
84	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Luminária LED, tipo: pública, potência nominal da lâmpada: 50 W, grau de proteção: no mínimo ip-66, características adicionais: branco frio, 6500k, para poste, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do Inmetro e padrões ABNT. Cor a definir.	UND	150	R\$ 143,16	R\$ 21.474,00
85	467325	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) - Luminária LED, tipo: pública, potência nominal da lâmpada: 100 W, grau de proteção: no mínimo ip-66, características adicionais: branco frio, 6500k, para poste, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do Inmetro e padrões ABNT. Cor a definir.	UND	300	R\$ 229,14	R\$ 68.742,00
86	467325	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) - Luminária LED, tipo: pública, potência nominal da lâmpada: 100 W, grau de proteção: no mínimo ip-66, características adicionais: branco frio, 6500k, para poste, formato SMD, bivolt, em conformidade de	UND	100	R\$ 229,14	R\$ 22.914,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

		padrões do Inmetro e padrões ABNT. Cor a definir.				
87	475596	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) - Luminária LED, tipo: pública, potência nominal da lâmpada: 150 W, grau de proteção: no mínimo ip-66, características adicionais: branco frio, 6500k, para poste, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do Inmetro e padrões ABNT. Cor a definir.	UND	300	R\$ 379,01	R\$ 113.703,00
88	475596	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) - Luminária LED, tipo: pública, potência nominal da lâmpada: 150 W, grau de proteção: no mínimo ip-66, características adicionais: branco frio, 6500k, para poste, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do Inmetro e padrões ABNT. Cor a definir.	UND	100	R\$ 379,01	R\$ 37.901,00
89	-	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) - Luminária LED, tipo: pública, potência nominal da lâmpada: 200 W, grau de proteção: no mínimo ip-66, características adicionais: branco frio, 6500k, para poste, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do Inmetro e padrões ABNT. Cor a definir.	UND	300	R\$ 465,41	R\$ 139.623,00
90	-	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) - Luminária LED, tipo: pública, potência nominal da lâmpada: 200 W, grau de proteção: no mínimo ip-66, características adicionais: branco frio, 6500k, para poste, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do Inmetro e padrões ABNT. Cor a definir.	UND	100	R\$ 465,41	R\$ 46.541,00
91	468579	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada LED, potência nominal: 20 W, tensão nominal: bivolt, tipo base: E-27, cor: branca, 6500k.	UND	200	R\$ 18,10	R\$ 3.620,00
92	448671	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada LED, potência	UND	300	R\$ 28,58	R\$ 8.574,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

		nominal: 30 W, tensão nominal: bivolt, tipo base: E-27, cor: branca, 6500k.				
93	468578	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada LED, potência nominal: 40 W, tensão nominal: bivolt, tipo base: E-27, cor: branca, 6500k.	UND	400	R\$ 37,06	R\$ 14.824,00
94	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada LED, potência nominal: 50 W, tensão nominal: bivolt, tipo base: E-27, cor: branca, 6500k.	UND	300	R\$ 52,53	R\$ 15.759,00
95	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Lâmpada LED, potência nominal: 80 W, tensão nominal: bivolt, tipo base: E-27, cor: branca, 6500k.	UND	200	R\$ 133,86	R\$ 26.772,00
96	-	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) - Poste cônico reto para iluminação, flangeado, com 6 metros, aço galvanizado, topo de 2,5" de diâmetro.	UND	45	R\$ 1.621,38	R\$ 72.962,10
97	-	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) - Poste cônico reto para iluminação, flangeado, com 6 metros, aço galvanizado, topo de 2,5" de diâmetro.	UND	15	R\$ 1.621,38	R\$ 24.320,70
98	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Parafuso cabeça quadrada, material: aço, tamanho: 16x200mm.	UND	200	R\$ 11,26	R\$ 2.252,00
99	601348	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Plafon LED, potência da lâmpada: 12 W, potência 6500k, características adicionais: sobrepor, branco, bivolt, 17x17 cm.	UND	200	R\$ 29,96	R\$ 5.992,00
100	485912	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Plafon LED, potência da lâmpada: 18 W, potência de no mínimo 6000k, características adicionais: sobrepor, branco, bivolt, 20x20 cm.	UND	250	R\$ 38,67	R\$ 9.667,50
101	601349	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Plafon LED, potência da lâmpada: 24 W, potência 6500k, características adicionais: sobrepor, branco, bivolt.	UND	250	R\$ 50,72	R\$ 12.680,00
102	-		UND	150	R\$ 9,77	R\$ 1.465,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

		ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Parafuso máquina, 1/2"x10", com porca.				
103	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Parafuso cabeça quadrada, material: aço, tamanho: 16x150mm.	UND	150	R\$ 10,15	R\$ 1.522,50
104	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Parafuso cabeça quadrada, material: aço, tamanho: 16x450mm.	UND	100	R\$ 25,25	R\$ 2.525,00
105	446451	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Plafon, material: plástico, cor: branco, características adicionais: com soquete de porcelana, E-27 (bocal decorativo), 100w.	UND	300	R\$ 8,94	R\$ 2.682,00
106	446478	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Quadro de distribuição, de embutir, quantidade de disjuntores: 3 ou 4.	UND	30	R\$ 29,07	R\$ 872,10
107	470259	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Refletor de LED rgb, 100 W, colorido, índice de proteção mínimo ip66, com controle remoto.	UND	80	R\$ 181,87	R\$ 14.549,60
108	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Refletor de LED 600 W, índice de proteção mínimo ip67, cor: branco frio, 6500k, bivolt.	UND	50	R\$ 328,66	R\$ 16.433,00
109	458576	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Refletor holofote LED, potência: 100 W, características adicionais: cor: verde, para aplicação externa.	UND	20	R\$ 122,59	R\$ 2.451,80
110	428944	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Relê fotoelétrico, uso: interno e externo, tensão nominal: bivolt, potência nominal: 1000 W, de conector, N.F.	UND	1.000	R\$ 37,89	R\$ 37.890,00
111	458575	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Refletor LED, potência da lâmpada: 50 W, características adicionais: smd branco frio, 6500k, índice de proteção de no mínimo IP66, bivolt.	UND	300	R\$ 49,20	R\$ 14.760,00
112	458576	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Refletor LED, potência	UND	100	R\$ 101,37	R\$ 10.137,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

		da lâmpada: 100 W, características adicionais: smd branco frio, 6500k, índice de proteção de no mínimo IP66, bivolt.				
113	458577	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Refletor LED, potência da lâmpada: 150 W, características adicionais: smd branco frio, 6500k, índice de proteção de no mínimo IP66, bivolt.	UND	100	R\$ 177,31	R\$ 17.731,00
114	231145	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Soquete lâmpada, material: termoplástico, tensão: 250v, características adicionais: com rabicho, base E-27. Cor a definir.	UND	200	R\$ 4,30	R\$ 860,00
115	402155	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Soquete lâmpada, material: porcelana reforçada, tipo roscável, material contato: latão, base E-40. Cor a definir.	UND	200	R\$ 10,59	R\$ 2.118,00
116	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Suporte para fixação em poste com 1 luminária pública tipo pétala, aço galvanizado, braço reto, topo poste diâmetro de 2,5".	UND	100	R\$ 117,08	R\$ 11.708,00
117	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Suporte para fixação em poste, com 2 luminárias pública tipo pétala, aço galvanizado, braço reto, topo poste diâmetro de 2,5".	UND	100	R\$ 131,98	R\$ 13.198,00
118	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Suporte para fixação em poste, com 3 luminárias pública tipo pétala, aço galvanizado, braço reto, topo poste diâmetro de 2,5".	UND	50	R\$ 191,52	R\$ 9.576,00
119	73865	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Teste/chave digital neon, por indução elétrica, corrente alternada entre 100 e 1000v.	UND	30	R\$ 24,54	R\$ 736,20
120	473385	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Tomada dupla, sistema X 2P, padrão, 10 A, completa.	UND	300	R\$ 15,90	R\$ 4.770,00
121	312084	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP - Talabarte com regulagem,	UND	5	R\$ 210,25	R\$ 1.051,25

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 -
CNPJ: 11.256.054/0001-39

		tipo: corda de posicionamento, material sintético.				
--	--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$1.129.391,16 (um milhão, cento e vinte e nove mil, trezentos e noventa e um reais e dezesseis centavos.)

OBSERVAÇÕES:

- 1) Os produtos deverão estar acondicionados de forma compatível à sua integridade e conservação, em embalagens originais de produção e transportados adequadamente.
- 2) A empresa vencedora será responsável pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município para entrega, como também será responsável pelo seu descarregamento
- 3) Deverá ser emitida uma Nota Fiscal de venda para cada Autorização de Fornecimento enviada, onde conste, no mínimo, o nome do produto, a marca do produto, a validade, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

Toritama (PE), 23 de dezembro de 2022.

Lindomar Aparecido Lira
Chefe de Divisão de Iluminação Pública
Secretaria de Obras e Urbanismo